



Entidade Adjudicante | MDN – Marinha - Direção de Navios

Número Processo Despesa | 3025002514

Procedimento | Ajuste Direto

Objeto do Contrato | Fornecimento de Sobressalentes para Geradores – N.R.P. SAGRES

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo das competências subdelegadas, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 40.º do CCP.

O Chefe do Departamento Logístico e Financeiro,

Hugo Alexandre Pinto Ferreira

Capitão-de-fragata

ÍNDICE

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	2
Artigo 1.º Identificação e Objeto do Procedimento	2
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	2
Artigo 3.º Decisão de Contratar	2
Artigo 4.º Escolha do Procedimento	2
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS DE ENTREGA DAS PROPOSTAS	2
Artigo 5.º Tramitação do procedimento	2
Artigo 6.º Esclarecimentos, retificações e erros e omissões	2
Artigo 7.º Documentos da Proposta	3
Artigo 8.º Prazo de apresentação da Proposta.....	3
Artigo 9.º Propostas variantes.....	3
Artigo 10.º Preço Base.....	3
CAPÍTULO III – ANÁLISE DA PROPOSTA	4
Artigo 11.º Análise da Proposta e Projeto de Decisão de Adjudicação	4
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO	4
Artigo 12.º Adjudicação.....	4
Artigo 13.º Notificação da decisão de adjudicação.....	4
Artigo 14.º Documentos de Habilitação	4
Artigo 15.º Caução	6
CAPÍTULO V – CONTRATO.....	6
Artigo 16.º Minuta do Contrato.....	6
Artigo 17.º Outorga do Contrato	6
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS.....	6
Artigo 18.º Encargos do concorrente.....	6
Artigo 19.º Consulta Preliminar.....	7
Artigo 20.º Proteção de Dados	7
Artigo 21.º Legislação aplicável	7
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.....	8
ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO I AO CCP) 	9
ANEXO B - MINUTA DA PROPOSTA.....	10
ANEXO C – MODELO ANEXO II CCP	11
ANEXO D – MODELO DE CAUÇÃO	12
ANEXO E - CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA MARINHA.....	13

Exmos. Srs.,

O Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Navios, convida V. Exas. a apresentarem uma proposta para o objeto do presente procedimento contratual, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º | Identificação e Objeto do Procedimento

O presente procedimento contratual n.º 3025002514 tem por objeto a aquisição dos serviços/bens mencionados na Informação Complementar anexa ao presente Convite, nos termos previstos no Caderno de Encargos (CE) e em conformidade com o respetivo clausulado e anexos.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é o Ministério da Defesa Nacional – Marinha, representada pela Direção de Navios, sita na Base Naval de Lisboa, Alfeite, CP 2810-001, Almada.

Artigo 3.º | Decisão de Contratar

O órgão competente para a decisão de contratar e autorização da despesa é a definida na Informação Complementar anexa ao presente Convite.

Artigo 4.º | Escolha do Procedimento

Com base em critérios de economia, eficiência e eficácia, conjugado com a natureza do material a adquirir e ao grau de premência da necessidade, foi aprovado e adotado o procedimento definido na Informação Complementar anexa ao presente Convite.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

Artigo 5.º | Tramitação do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente tramitado através do meio eletrónico definido na Informação Complementar anexa ao presente Convite.
2. Todos os documentos, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada por quem represente a empresa, sob pena de exclusão.

Artigo 6.º | Esclarecimentos, retificações e erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação da documentação deste procedimento, bem como a identificação de uma eventual lista de erros e omissões, deverão ser solicitados através dos meios eletrónicos definidos na Informação Complementar anexa ao presente Convite e serão respondidos pelo mesmo meio.

2. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões expressamente aceites fazem parte integrante das peças do procedimento a que respeitam e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º | Documentos da Proposta

1. A proposta deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos, assinados individualmente com recurso a assinatura digital eletrónica certificada por um representante legal da empresa:
 - a. **Declaração elaborada de acordo com o anexo I ao CCP**, de acordo com o **Anexo A** ao presente Programa;
 - b. **Proposta, de acordo com o Anexo B** com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;
 - c. **Documento eletrónico oficial**, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente, certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
 - d. **Demais documentos mencionados na Informação Complementar anexa ao presente Programa.**
2. Deverão também ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere necessários para esclarecer os atributos da proposta.
3. Os documentos da proposta devem ser apresentados em língua portuguesa ou, quando redigidos numa outra língua, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. Os documentos técnicos que complementem a informação dos atributos, termos ou condições da proposta podem ser redigidos em língua inglesa.

Artigo 8.º | Prazo de apresentação da Proposta

1. As propostas serão entregues até à hora/data indicados na Informação Complementar anexa ao presente Convite.
2. A data fixada para a apresentação de propostas poderá ser prorrogada por período adequado, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados.

Artigo 9.º | Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 10.º | Preço Base

O preço base para efeitos do presente procedimento é o previsto na Informação Complementar anexa ao presente Convite, enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA PROPOSTA

Artigo 11.º | Análise da Proposta e Projeto de Decisão de Adjudicação

Após a análise da proposta e verificada a sua conformidade com as peças do procedimento e com a lei será elaborado o projeto de decisão de adjudicação a submeter ao órgão competente para a decisão de contratar.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 12.º | Adjudicação

A adjudicação será efetuada após a aprovação da proposta e respetivo projeto de decisão pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 13.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação deverá ser notificada ao concorrente até ao final do prazo para a obrigatoriedade de manutenção da proposta, nos termos do disposto, n.º 1, do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado a:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos deste convite;
 - b. Confirmar (se aplicável), no prazo de dez dias, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiros relativos a atributos ou termos ou condições das propostas adjudicadas;
 - c. Nos casos em que haja lugar a contrato escrito, pronunciar-se sobre a minuta de contrato no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da notificação de adjudicação.
 - d. Apresentar (se aplicável) a caução de boa execução.

Artigo 14.º | Documentos de Habilitação

1. O contraente público deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. **Declaração elaborada de acordo com o anexo II ao CCP**, de acordo com o Anexo C ao presente Convite;
 - b. **Certificado de registo criminal** da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva ou de pessoa singular, quando aplicável;
 - c. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por impostos ao Estado**;
 - d. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por contribuições para a segurança social**;
 - e. **Certidão Permanente de Registo Comercial**;
 - f. **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site

- <https://rcbe.justica.gov.pt/>) (Não aplicável a adjudicatários que não tenham sede ou direção efetiva em Portugal);
- g. **Declaração de aceitação do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha** (constante no Anexo E ao presente Programa);
- h. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas (1) (2) (3) (4);**
- (1) Não aplicável a adjudicatários que não tenham sede ou direção efetiva em Portugal;
 - (2) Aplicável apenas aos contratos com preço contratual superior a 750.000€;
 - (3) Não aplicável às pessoas singulares;
 - (4) Não aplicável às PME certificadas pelo IAPMEI, caso em que devem remeter o respetivo certificado.
2. Optativamente, pode o adjudicatário emitir uma autorização à entidade adjudicante para obter a referida informação junto das entidades competentes.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando o adjudicatário, não tiver sede e direção efetiva em Portugal e seja signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio ou não exista no país da sua sede documento equivalente, pode apresentar, em alternativa aos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.
6. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do art. 86.º, será o adjudicatário notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, suprimindo a irregularidade de documentos entregues ou justificando que a não apresentação dos documentos em falta não lhe é imputável, sob pena de caducidade da adjudicação.
7. Caso a justificação apresentada para a não apresentação de documentos em falta seja considerada relevante, será concedido ao adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias para a entrega dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
8. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, a adjudicação caduca caso não sejam supridas as irregularidades de documentos apresentados no prazo previsto no n.º 5 supra, a justificação para a não entrega de documentos em falta não seja considerada relevante ou, volvido o prazo suplementar previsto no n.º 6 supra, não sejam apresentados os documentos em falta.
9. Caso seja detetada qualquer irregularidade dos documentos apresentados em falta no prazo suplementar previsto no n.º 6 supra, não será concedido novo prazo para suprimimento de irregularidades, caducando a adjudicação.

Artigo 15.º | Caução

Sempre que o valor contratual ultrapasse os 500.000 €, o contraente público prestará uma garantia de execução do contrato celebrado, e do bom cumprimento das suas obrigações de pelo menos 5% do preço contratual de acordo com o modelo padrão constante do Anexo D deste convite.

CAPÍTULO V – CONTRATO

Artigo 16.º | Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 98.º n.º 1 do CCP.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no artigo 100.º n.º 1 do CCP.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. A reclamação da minuta do contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, dos termos do disposto no artigo 96.º no n.º 2 e 5 do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 17.º | Outorga do Contrato

1. Será celebrado contrato escrito, salvo se o valor contratual seja inferior a 10.000€, ou o prazo de execução seja inferior a 20 dias, sendo nesta situação emitido apenas um pedido de compra.
2. O contraente público obriga-se a disponibilizar, em simultâneo com a entrega dos bens objeto do contrato, toda a documentação necessária ao pontual cumprimento do contrato, certificados de origem do material, bem como certificados de conformidade técnica, emitidos pelo fabricante, quando aplicável.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 18.º | Encargos do concorrente

São encargos do concorrente as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, incluindo as despesas relativas à prestação da caução e pagamento de emolumentos decorrentes do processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, caso aplicável.

Artigo 19.º | Consulta Preliminar

6. Este procedimento foi precedido de consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP, conforme Informação Complementar anexa ao presente Convite.
7. A informação da(s) consulta(s) preliminares será disponibilizada, mediante solicitação, aos interessados, após o termo do prazo para a apresentação de propostas, salvaguardando-se a informação com natureza confidencial.

Artigo 20.º | Proteção de Dados

As partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (adiante designado por RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação aplicável relativos a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que necessário, após a sua cessação.

Artigo 21.º | Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, e restante legislação aplicável.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Número do Procedimento	3025002514
Objeto do Contrato	Fornecimento de Sobressalentes para Geradores – N.R.P. SAGRES
Decisão de Contratar	Capitão-de-fragata, Hugo Alexandre Pinto Ferreira, ao abrigo das competências subdelegadas
Procedimento	Ajuste Direto Critérios Materiais - Al. e) n.º 1 artigo 24.º CCP
Disponibilização Procedimento	Plataforma eletrónica www.acingov.pt
Pedidos Esclarecimentos	Plataforma eletrónica www.acingov.pt
Outros documentos que devem integrar a proposta	Nada a referir
Entrega de amostra	Nada a referir
Acesso às instalações	Solicitar via plataforma eletrónica www.acingov.pt
Prazo Entrega Propostas	Até às 23h59 do 6.º dia a contar da data do envio do convite
Preço base	8.970,31 €
Critério Adjudicação	Não aplicável
Caução	Não exigida
Consulta preliminar ao mercado	Efetuada

ANEXO A - Modelo de Declaração (anexo I ao CCP) |**(INSERIR UM CABEÇALHO DA EMPRESA)****Anexo I ao CCP**

(acompanha a fase de apresentação da proposta com os respetivos documentos descritos no artigo 7.º do Convite)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO B - Minuta da Proposta

_____ (denominação social da empresa concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para _____ (designação do procedimento), a que se refere o convite, obriga-se a executar o fornecimento/serviço, de acordo com as condições estabelecidas no Convite e Caderno de Encargos, pelo preço total de _____ (em algarismos e por extenso), constituindo este elemento o atributo da sua proposta.

Item	Descrição do Item	Prazo Fornecimento	UF	QT	Preço Unitário (SIVA)	Preço Total (SIVA)
1	aaaa					
...	...					
n	n					

A proposta mantém-se válida por **66 dias úteis**.

Data

Assinatura

ANEXO C – Modelo Anexo II CCP**(INSERIR UM CABEÇALHO DA EMPRESA)****Anexo II ao CCP**

(acompanha a fase de habilitação com os documentos probatórios da situação da empresa)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede), contraente público(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados¹] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura²].

¹ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

² Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO D – Modelo de Caução

(Apenas aplicável em contratos superiores a 500.000 €)

Garantia Bancária/Seguro Caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*contraente público*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de **Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Navios**, uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Modelo de Caução – Modelo de Guia de Depósito Bancário

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/títulos _____ (*eliminar o que não interessar – discriminar no caso de títulos*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de **Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Navios**, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO E - Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha

Código de Conduta do Fornecedor

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	1
ÂMBITO DA APLICAÇÃO	2
COMPROMISSOS	4
Ética e Integridade	4
Direitos Humanos e Laborais	4
<i>Compliance</i>	4
Ambiente	5
Segurança e Informação	5
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO	7
INCUMPRIMENTOS	7



ENQUADRAMENTO

A Marinha é um organismo do Estado que tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

O cumprimento da missão da Marinha decorre num quadro de valores pelo qual pauta a sua atuação e onde se destacam a Lealdade, a Integridade, a Coragem, a Camaradagem e a Justiça.

Deste quadro de valores, destaca-se a integridade que assenta na legalidade, transparência e honestidade nos fins e meios para os alcançar e nas relações abertas, francas e claras entre a Marinha e as entidades externas.

Com base neste quadro de valores, e por acreditar que uma relação transparente e socialmente responsável entre a Marinha e os seus fornecedores deve ser alicerçada em princípios perfeitamente claros e definidos, foi desenvolvido o presente Código de Conduta do Fornecedor com o objetivo de comunicar a todos os seus fornecedores, atuais e futuros, os seus valores enquanto entidade que recorre ao fornecimento de bens, serviços e empreitadas no mercado.



ÂMBITO DA APLICAÇÃO

O Código de Conduta do Fornecedor da Marinha é aplicável a todos os seus fornecedores, nomeadamente, todas as pessoas singulares e coletivas com as quais a Marinha estabelece relações comerciais para fornecimento de bens, serviços e empreitadas, incluindo os seus subcontratados.

O Código de Conduta do Fornecedor abrange os temas da ética, integridade, direitos humanos e laborais, compliance, ambiente e segurança da informação, em respeito das disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, das normas de natureza ambiental e da legislação nacional e comunitária.

Através de declaração expressa, os fornecedores da Marinha assumirão os compromissos previstos no presente Código de Conduta do Fornecedor.



COMPROMISSOS

Ética e Integridade

O fornecedor da Marinha compromete-se a respeitar os mais elevados padrões éticos, morais, de honestidade e de integridade humana.

O fornecedor da Marinha compromete-se a adotar uma postura ética, não oferecendo ou aceitando qualquer oferta de bens, valores, benefícios ou outras contrapartidas.

O fornecedor da Marinha compromete-se a evitar condutas suscetíveis de originar conflitos de interesses ou de gerar expectativas de favorecimentos nas relações comerciais com a Marinha.

Direitos Humanos e Laborais

O fornecedor da Marinha compromete-se a não recorrer a trabalho infantil e a garantir que não se verificam situações de tratamento ou ameaça de tratamento desumano, incluindo assédio ou abuso sexual, punições corporais, coação física ou moral ou abuso verbal sobre os trabalhadores.

O fornecedor da Marinha compromete-se a promover o respeito pelo trabalho livre, recusando situações qualificáveis como trabalho forçado e não adotar qualquer prática relacionável com tráfico humano ou restrições injustificadas à livre circulação, apropriação indevida de documentos e remunerações.

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a todo o tempo um rigoroso cumprimento da legislação laboral vigente e de acordos coletivos de trabalho, quando aplicável, garantindo ainda o cumprimento das normas vigentes relativas a matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho.

Compliance

O fornecedor da Marinha compromete-se a cumprir a legislação nacional, comunitária e internacional em vigor e que seja aplicável no âmbito da relação contratual existente com a Marinha.

O fornecedor da Marinha compromete-se a não adotar qualquer prática, atividade ou conduta suscetível de configurar um ato criminalmente punível.

O fornecedor da Marinha compromete-se a não adotar ações que visem restringir a concorrência de mercado ou a praticar atos de concorrência desleal.

Ambiente

O fornecedor da Marinha compromete-se a cumprir as normas e requisitos ambientais aplicáveis à sua atividade, balizado pelo princípio de "não prejudicar significativamente", na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, e das respetivas orientações técnicas (Comunicação da Comissão nº 2021/C58/01).

O fornecedor da Marinha compromete-se a desenvolver esforços de minimização do impacto ambiental da sua atividade, procurando uma utilização racional e eficiente dos recursos.

O fornecedor da Marinha compromete-se a implementar práticas de gestão com objetivo de diminuir a produção de resíduos e otimizar a sua gestão e tratamento.

Segurança da Informação

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a segurança da informação à qual tem acesso e/ou produz no contexto da sua relação com a Marinha, assim como a segurança dos recursos a ela associados, nomeadamente os humanos e tecnológicos.

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a proteção de dados pessoais, nomeadamente o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016) e demais legislação que lhe seja aplicável.

O fornecedor da Marinha compromete-se a respeitar a propriedade intelectual e a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, não podendo fazer uso ou divulgar qualquer uma dessas informações.





6



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

O compromisso do fornecedor é declarado através do preenchimento da minuta da declaração de compromisso do fornecedor com o Código de Conduta do Fornecedor, em anexo.

INCUMPRIMENTOS

Em caso de ser verificada alguma não conformidade com o presente código de conduta na atuação de um fornecedor, a Marinha reserva-se o direito de proceder à comunicação da situação verificada às autoridades competentes.

Declaração de Compromisso do Fornecedor com o Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha**Denominação da Empresa:**

Número Identificação Pessoa Coletiva:

Nome do representante legal:

Cargo:

Declaro pelo presente documento que:

Recebemos e tomámos conhecimento do conteúdo do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Subscrevemos todos os compromissos previstos Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Informaremos todos os nossos funcionários/subcontratados do conteúdo do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Prontificamo-nos a reportar à Marinha qualquer suspeita de violação do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha.

[Data e Local]

_____, ____ de _____ de _____**[Assinatura]**
